

Trabalhador só terá direito a usar Fundo para casa própria ou negócio

BRASILIA — Para substituir o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Senador Almir Gabriel (PMDB-PA), Relator da Comissão da Ordem Social, vai propor a criação de um Fundo do Patrimônio Individual. Os recursos do novo Fundo só poderão ser sacados e utilizados quando o trabalhador abrir uma microempresa, comprar casa própria, aposentar-se ou, no caso de falecimento, para pagar pensão aos seus dependentes.

Esta será a única diferença em relação ao FGTS. Quer dizer: Ao contrário do que acontece atualmente, os recursos não mais poderão ser usados em caso de dispensa de funcionário. Segundo Almir, o objetivo é que o trabalhador possa, efetivamente, contar com um patrimônio que seja resultado direto de seu trabalho. Para o caso de desemprego, haverá o seguro-desemprego, formado pelos mesmos recursos que atualmente compõem o PIS e o PASEP, além de contar com parte do Finsocial.

A proporção entre o salário da atividade e o seguro-desemprego será calculada pela legislação ordinária. O período durante o qual o trabalhador terá direito de recebê-lo vai ser determinado pelo Ministério do Trabalho, que sempre tem em mãos estatísticas sobre o tempo médio necessário para que o trabalhador encontre uma nova colocação. Hoje, disse o Senador, a média é de sete meses.



Foto de Gilberto Alves

Almir propõe substituir o Fundo de Garantia por um Fundo de Patrimônio

Nam área de saúde, Almir Gabriel pretende apenas deixar mais claro o direcionamento dos recursos e do financiamento que será proporcionado pela seguridade social. O Deputado Osvaldo Bender (PDS-RS), afirmou que a proposta de Almir Gabriel tem um conteúdo demasiado estatizante o que, certamente, provocará a disputa maior entre “moderados” e “progressistas”.

puta maior entre “moderados” e “progressistas”.

Enquanto isso, os “progressistas” estão confiantes na capacidade de persuasão das manifestações populares que estão organizando. Eles esperam que a mobilização sensibilize os constituintes que ainda estejam em dúvida sobre como votar.

Lavradores ocupam Câmara pela reforma agrária

BRASÍLIA — Vindos de todo o País, 500 trabalhadores rurais ocuparam ontem a Câmara dos Deputados para cobrar a reforma agrária e denunciar os assassinatos cometidos no campo — a última vítima foi o advogado Paulo Fonteles, no Pará. Hoje, durante a votação do anteprojeto da Comissão de Ordem Econômica, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e outras entidades esperam reunir pelo menos mil lavradores, que irão acompanhar a atuação dos parlamentares.

Os agricultores, que trouxeram muitos cartazes de denúncia e cantaram músicas a favor da reforma agrária, atraíram muitos curiosos, mas poucos parlamentares se aproximaram do grupo para manifestar solidariedade, entre eles os Deputados Aldo Arantes (PCdoB-GO), Lysáneas Maciel (PDT-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ), Milton Reis (PMDB-MG) — que lembrou o compromisso de Tancredo Neves com a reforma agrária — e Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), que foi o Relator da Subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária.

— Vamos acompanhar o comportamento dos parlamentares para reconhecer os que nos apóiam e pressionar os que forem contrários à

reforma — afirmou o Presidente da Contag, José Francisco da Silva.

Nos cartazes, os agricultores acusam a União Democrática Ruralista (UDR) pelo assassinato de Paulo Fonteles, ontem, em Belém. De acordo com José Francisco, há muita revolta e disposição dos trabalhadores rurais para lutar pela reforma agrária na Constituinte. O Presidente da Contag disse que a rejeição do anteprojeto de Osvaldo Lima Filho na Subcomissão não foi considerada uma derrota e que os lavradores estão conscientes de que só com mobilização popular a causa da reforma agrária terá sucesso.

ANC
K